

MAÍLSON: BRASIL VAI GANHAR COM O FMI.

Num debate com senadores, em que foi muito criticado, o ministro falou ainda das perdas com a moratória.

O ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, manteve ontem com os senadores um debate de quatro horas e meia, precedido pela leitura de um longo depoimento. Temas principais: dívida, volta ao FMI e congelamento da URP. Ao plenário do Senado Federal, Maílson revelou que o Brasil deixou de receber Cr\$ 5,2 bilhões em novos recursos por causa da moratória da dívida externa. Segundo o ministro, foi esta perda que orientou a nova "política realista" de renegociação da dívida adotada em sua gestão. Durante o debate, Maílson também repetiu as razões que levaram o governo a congelar a URP por dois meses para seus funcionários.

De acordo com Maílson, o congelamento da URP do funcionalismo e das estatais foi uma medida tomada com o objetivo de, ao lado de outras já anunciadas, reduzir o déficit público de 1988. Com isso, será atingida uma meta necessária e traçada "soberanamente" pelo governo brasileiro — nas palavras do ministro da Fazenda —, mas que também será importante para o fechamento de um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Maílson explicou que as perdas de US\$ 5,2 bilhões foram levantadas pelos seus assessores dentro do conceito de fluxo de caixa. Por isso, nesse total estão incluídos recursos que deixaram de ingressar no País sob a forma de empréstimos ou investimentos para empreendimentos e o que o Brasil pagou de juros e amortização para o FMI, Banco Mundial (Bird) e agências oficiais de crédito.

No caso do FMI, o Brasil, segundo o ministro, pagou cerca de US\$ 600 milhões de juros e amortizações sobre empréstimos contraídos no início da década. Ao mesmo tempo, ressaltou, o País deixou de receber outros US\$ 600 milhões, por não ter fechado um acordo com o Fundo.

Maílson x Delfim

O debate entre o ministro Maílson da Nóbrega e os senadores foi pouco acalorado, e o destaque



De Maílson para os senadores: "Política realista" para a dívida.

que ficou para uma frase do senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), ao criticar a postura "tradicional" de renegociação da dívida defendida pelo ministro e a volta do País ao FMI.

"V. exa., sem dúvida, está adotando a mesma estratégia do ex-ministro Delfim Netto, mas com uma desvantagem: o senhor tentará cumprir, ao contrário do ex-ministro, as metas contidas nas cartas de intenção do FMI. Isto porque o senhor é mais um técnico, e Delfim Netto um ministro mais político", disse o senador.

Maílson da Nóbrega não respondeu de imediato à comparação feita pelo senador Fernando Henrique. No início da noite de ontem, mandou sua assessoria transmitir uma nota, em que afirma que o senador, na época em que Delfim Netto estava no auge do poder, criticava o ministro por não cumprir as metas das cartas de intenção ao FMI.

O ministro insistiu com os 33 senadores que compareceram ao plenário que o Brasil também terá ganhos ao firmar um novo acordo com o FMI. Segundo Maílson, o

acordo com o Fundo, além de gerar a entrada de novos recursos através de um empréstimo-ponte da instituição ao País abrirá as portas para a renegociação dos débitos com as agências oficiais de crédito, com o ingresso de novos recursos dessas agências.

Outras críticas

Além de Fernando Henrique Cardoso, outros senadores subiram à tribuna para formular questões e debater com o ministro da Fazenda. Com exceção de Jarbas Passarinho (PDS-PA) e Marcondes Gadelha (PFL-PB), todos os demais criticaram as posições de Maílson da Nóbrega em relação à renegociação da dívida externa, à volta do Brasil ao FMI e ao congelamento da URP para os funcionários do governo.

O senador Carlos Chiarelli, líder do PFL no Senado, foi um dos que criticaram o congelamento da URP do funcionalismo e das estatais. No debate com Chiarelli, Maílson lançou algumas críticas veladas ao seu colega da Administração, Aluizio Alves. O senador perguntou ao ministro da Fazenda por que Aluizio Alves chegou a informar que os gastos com pessoal consomem 40% da receita disponível da União, enquanto a Fazenda informa um número em torno de 80%. Ao responder à questão, Maílson explicou que os números do seu ministério eram corretos porque se baseiam em despesas efetivas controladas pela Secretaria do Tesouro, e afirmou que "manipulação de dados permite interpretações diferentes".

Em outro momento do seu debate com Chiarelli, Maílson disse: "Houve quem informou ao presidente da República que os gastos com pessoal estavam caindo em relação à receita líquida". Em sua réplica a Maílson, Chiarelli perguntou-lhe quem seria esta pessoa, mas o regimento não permitia a réplica ao ministro e a resposta não foi dada. Alguns assessores de Maílson da Nóbrega, no entanto, revelaram que as informações erradas foram fornecidas ao presidente pelo ministro da Cultura, Celso Furtado.